

“Reservas” e “Terras Indígenas”: as alterações vivenciadas pelos Kaiowá de Dourados-Amambaípegua I no Mato Grosso do Sul¹

Ellen Cristina de Almeida - PPGAS-UnB-DF

Palavras-chave: Demarcação de Terras; Guarani e Kaiowá; Mato Grosso do Sul

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar algumas considerações sobre as alterações provocadas pelo Estado Brasileiro no território tradicional dos Kaiowá e Guarani na região de Caarapó-MS. Tais reflexões foram pensadas tendo como referência o processo administrativo da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, identificada pela Funai em 2016 e ainda em curso nas etapas do procedimento de regularização fundiária pelo Poder Executivo. A partir do processo de Dourados-Amambaípegua I é possível observar as interfaces que incidem sobre o procedimento demarcatório, promovidas, em grande medida, pelas ações do Poder Judiciário, como também pelas ações políticas dos indígenas e proprietários rurais. Por conseguinte, refiro-me às “alterações” como o movimento do Estado que provocou a expropriação da terra desses indígenas, e, depois de décadas, reconheceu o vínculo territorial, sem efetivar o processo, mesmo tendo garantias legais desse direito. Logo, este trabalho pretende refletir como esses movimentos do Estado, em suas esferas do Executivo e do Judiciário, impactam no cenário do conflito fundiário no Sul do Mato Grosso do Sul. Vale destacar que tais reflexões foram apresentadas no projeto de doutorado submetido e aprovado na seleção do PPGAS-UNB turma 2020.

Introdução

Dourados-Amambaípegua I é a área reconhecida como Terra Indígena (TI) pela Fundação Nacional do Índio (Funai), identificada no dia 13 de maio de 2016, quando o resumo de Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) foi publicado no Diário Oficial da União. Sua extensão territorial é de 55.590 hectares, a maior Terra Indígena Guarani e Kaiowá já identificada pela Fundação Nacional dos Índios. A TI está localizada em três municípios no sul do estado de Mato Grosso do Sul, Caarapó, Laguna Carapã e Amambai. Como apresentado no resumo no diário oficial, a terra é de ocupação tradicional do povo Kaiowá e corresponde quatro *tekoha* localizados em meio às bacias dos Rios Dourados e Amambai. São eles: *Laguna Joha*, Km 20 (*Urukuty*), *Javorai Kue/Piratini* e *Pindo Roky*.

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

Os Kaiowá pertencem ao tronco Tupi, da família linguística Tupi Guarani. Família linguística essa que ainda engloba outros grupos étnicos, os Mbya e os Nandeva. Os Kaiowá se organizam socialmente em parentelas ou famílias extensas – *te 'yi* (PEREIRA, 2004), através de laços consanguíneos, mas também político, a medida em que as relações de solidariedade e reciprocidade são atualizadas conforme o contexto vivenciado pelo grupo. Essas famílias extensas são compostas por famílias nucleares lideradas por um casal de idosos que reúne as famílias nucleares dos filhos, e também, parentes distantes, além de pessoas sem grau de parentesco que se inserem nas relações políticas das parentelas. Essas famílias extensas articuladas através de trocas matrimoniais, festas e rituais formam uma comunidade, identificada pelos indígenas e pela historiografia pelo termo *tekoha*. A palavra *Teko* significa o modo de ser, e *ha* identifica o lugar.

Segundo o antropólogo kaiowá Tônico Benites, *o tekoha* localizava-se nas margens de rios e córregos (BENITES, 2009). Nessas regiões, os Kaiowá e os Guarani estabeleciam as relações entre os *tekoha*, pautadas principalmente, em encontros religiosos e políticos, configurando assim o *Tekoha Guasu*. Em suma, as parentelas associadas formam o *tekoha* e a articulação entre vários *tekoha* formavam o *tekoha guasu*, significando, literalmente, grande comunidade ou território amplo.

Os dados históricos indicam que, até meados do século XIX, os Kaiowá, no cone sul do atual estado do MS, viviam desde a margem esquerda do Rio Iguatemi, no limite leste, até o rio Vacaria, no limite oeste, tendo o rio Paraná como limite sul e o rio Apa como limite norte. O conflito bélico da Tríplice Aliança (1964-1970) define os limites entre os territórios brasileiro e paraguaio, cindindo o território de ocupação tradicional. No lado brasileiro, a Companhia Erva Matte Laranjeira, primeira frente de expansão econômica extrativista, implanta-se a partir de 1882, incorporando intensa participação de mão de obra indígena nos trabalhos nos ervais, e com a imposição dos acampamentos existentes, inicia-se o “esparramo” – *sarambi*. Como resposta a esse processo de ocupação econômica, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) demarca oito pequenas reservas² e promove a remoção gradual desses indígenas para esses espaços diminutos (BRAND, 1997).

Há que se destacar que esse histórico se faz presente no contexto de Dourados-Amambaipegua I. Primeiramente, uma das oito reservas criadas no início do século XX

² São elas: Dourados, com 3600 ha; Amambai, com 3600 ha; Limão Verde, com 900 ha; Caarapó, com 3600 ha; Porto Lindo ou Jacareí, com 2000 ha; Ramada ou Sassoró, com 2000 ha; Pirajuí, com 2000 ha; e Taquapery, com 2000 ha.

foi de Caarapó, que fica ao lado da terra indígena Dourados-Amambaipéguá I. O decreto nº 684 de 20 de novembro de 1924 reservou uma área de 3.600 ha. Levando o nome de Posto Indígena José Bonifácio (MONTEIRO, 2003). A área reservada está localizada na região marcada pela extração da erva mate, cujo o nome da cidade – Caarapó (*ka'a rapo*) significa raiz da erva-mate (CARIAGA, 2013).

A história da TI recomeça (oficialmente) quando o procedimento de identificação e delimitação da área se insere no âmbito do Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC), firmado no ano de 2007 entre a Funai e o Ministério Público Federal. O contexto do CAC está relacionado à demanda e à mobilização dos Guarani e Kaiowá através da *Aty Guasu*³, que cobrava do Estado o reconhecimento dos seus territórios tradicionais listados no CAC.

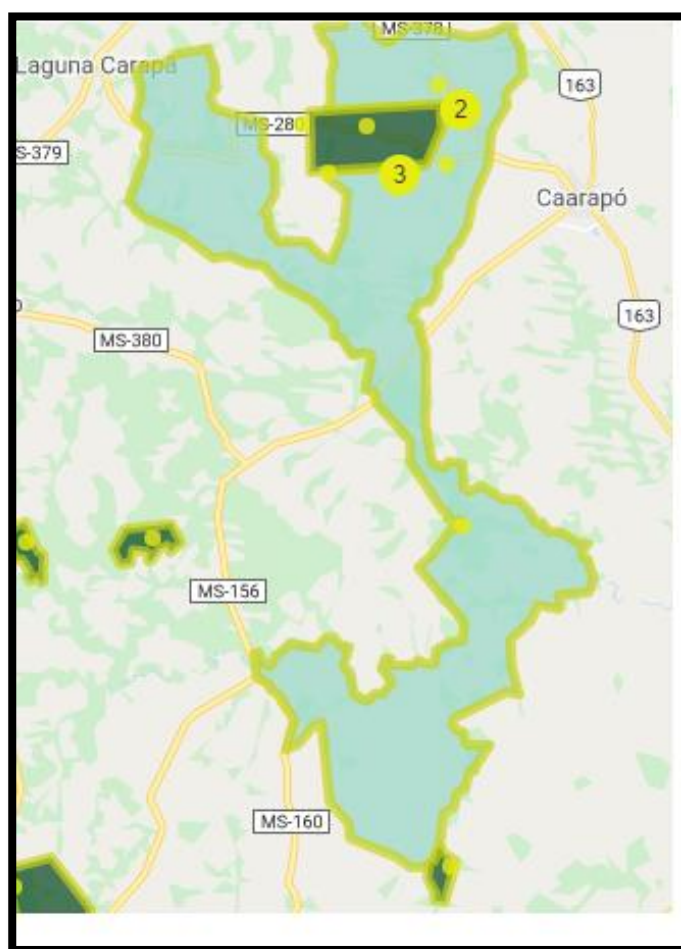


Figura 1- Mapa da TI Dourados-Amambaipéguá I. Imagem retirada do site Mapa Guarani Digital.

³ A *Aty Guasu* pode ser descrita a grande assembleia Guarani e Kaiowá. Realizada em periodicidade variável, ela reúne, por dois ou três dias, as principais lideranças de acampamentos, ocupações e terras demarcadas.

A violência que marca a Terra e a história de Dourados-Amambaípegua I

Quase 10 anos após a assinatura do CAC, a Funai identifica Dourados-Amambaípegua I. No período da publicação, haviam três ocupações indígenas na área identificada. A quarta ocupação aconteceu em 12 de junho de 2016, quando duas famílias extensas resolveram expandir a posse da área identificada em 12 de junho de 2016, denominada naquele momento de *Toro Paso*.

Dois dias após a ocupação, um grupo formado por proprietários rurais da região, funcionários e terceiros realizaram uma ação de extrema violência contra os indígenas, resultando na morte de um indígena e de mais 6 feridos, sendo um jovem de 12 anos. Nesse ataque, o kaiowá Clodiode de Souza foi assassinado pelo grupo atacante. Os que sobreviveram, tiveram que passar por cirurgias de reconstituição de órgãos. Um deles tem uma bala alojada em peito desde então. Como consequência direta da agressão, vários imóveis rurais lindeiras à Reserva Indígena de Caarapó foram ocupados, configurando um duplo movimento dos indígenas, (1-) resposta a agressão dos ruralistas, como também (2-) objetivava a garantia de posse da Terra Indígena.

Na manhã de 14 de junho de 2016 estava⁴ em trânsito no veículo oficial da Funai de Dourados a caminho de Caarapó acompanhada de outro servidor. A agenda daquela manhã era a de buscar uma família na Aldeia *Te'Yikuê* para comparecer a uma audiência na Vara da Infância em Dourados. Na metade do caminho, atendo uma chamada telefônica da aldeia me avisando que a família não iria à Dourados, pois havia acontecido algo muito sério, que demandaria sua presença na aldeia. Minutos depois, recebo a ligação do então coordenador regional informando que houve um ataque à comunidade de *Toro Passo* e que um indígena tinha sido morto. Por telefone, fui orientada que permanecêssemos na cidade de Caarapó para levantar subsídios. Ao chegar na cidade, seguimos direto para o Hospital São Mateus, local para onde estavam sendo levados os feridos. Na frente do hospital, que fica localizado em frente à praça central do município,

⁴ De 2015 a 2019 ocupei dois cargos comissionados na Coordenação Regional da Funai em Dourados. Em 2016 acompanhei enquanto Assistente Técnica as situações de conflito fundiário, produzindo subsídios para atuação da Funai e PFE nos processos judiciais. Em 2017 assumi a chefia da CTL Caarapó. A atuação na CTL de Caarapó aproximou-me das demandas de políticas públicas, acesso a documentação, saúde, educação, segurança pública. Como também, criou um local privilegiado de interlocução, de ação e observação. Nesse período, pude entrar em contato com as narrativas dos atores que compõe e que dão vida ao histórico apresentado no Relatório de Dourados-Amambaípegua I.

centenas de pessoas acompanharam a chegada da ambulância trazendo os feridos. Enquanto servidora da Funai teve acesso ao interior do hospital, pude conversar com os três kaiowá feridos, dois deles aguardavam transporte para serem transferidos para o hospital em Dourados. No decorrer daquele dia ainda estive, como servidora da Funai, na delegacia de Polícia da Cidade e na entrada da aldeia, no local onde os indígenas tinham bloqueado a MS 280 e que as forças policiais negociavam com as lideranças a devolução das armas da PM que estavam na aldeia⁵.

Esses episódios violentos agravaram ainda mais a tensão, gerando uma situação de extremo tensionamento, pois toda a Força Policial (Polícia Federal, Estadual, Exército, Polícia Rodoviária Federal) esteve na área buscando, exclusivamente, as armas detidas. A população indígena da Reserva de Caarapó (com aproximadamente 6 mil pessoas) ficou indignada com violência dos produtores rurais. Os imóveis ocupados foram saqueados. A paisagem da Reserva de Caarapó tornou-se um cenário de guerra naquele momento.

Para evitar outros confrontos, o Ministério da Justiça enviou tropas da Força Nacional, que permaneceu na região até abril de 2018. Os Kaiowá e Guarani da Reserva e, principalmente, das áreas ocupadas estavam indignados e apreensivos, ao mesmo tempo, mobilizados para enfrentar outro ataque. Esse clima de tensão nas áreas foi radicalizado pela presença de forças policiais que investigavam os crimes, e depois, quando tiveram as primeiras liminares dos processos de reintegração de posse das áreas recém retomadas.

Configuração territorial de Dourados-Amambaipagua I

Como já mencionado, a configuração da ocupação de Dourados-Amambaipagua I passou por uma alteração após o violento ataque em 2016. No entanto, já havia na região uma mobilização dos Kaiowá pela ocupação do território antes da identificação da Terra Indígena. No total são 9 ocupações, três delas são anteriores ao ataque. Essas ocupações são chamadas pelos guarani e kaiowá de *tekoha* ou retomadas, são como denominam os espaços nos quais os coletivos mobilizados agem para recuperar a posse da terra, são partes do território que buscam reconstituir seus modos de existir, considerados autênticos e verdadeiros.

⁵ Após o ataque, três policiais militares e um caminhoneiro não indígenas foram detidos pela população indígena. Os policiais foram agredidos fisicamente e suas armas apreendidas e os veículos incendiados.

Além disso, Dourados-Amambaiegua I apresenta a especificidade de circundar parte da Reserva. Nesse caso, a Reserva de Caarapó foi criada, em 1924, no meio do *tekoha guasu* dos Kaiowá. Destaca-se ainda que, a reserva é reconhecida pelos indígenas como espaço disciplinado e regulado pelo Estado e por instituições da sociedade nacional. Em oposição, a retomada é reconhecida como um espaço de transgressão das diversas formas de tutela e cerceamento territorial impostos na reserva.

A primeira ação de recuperação da posse indígena ocorreu quando o estudo ainda estava em andamento, trata-se do *tekoha Pindo Roky*. A motivação da retomada, para além de romper com a espera pela demarcação da terra, foi o assassinato do jovem Denilson Barbosa⁶. Em fevereiro de 2013, logo após o crime, duas famílias extensas, composta por 10 famílias nucleares, ocuparam o imóvel onde o jovem foi morto. Vale destacar que a fazenda retomada, assim como outros na região, fazia parte do estudo do *tekoha Pindo Roky*.

Em julho de 2014 outra iniciativa de retomada foi efetuada pelos indígenas. A nova retomada foi nomeada de *Itagua* e está localizada entre a ocupação de *Pindo Roky* e a Reserva de Caarapó. *Itaguá* é uma das retomadas de maior densidade demográfica, cerca de 40 famílias nucleares residem na aldeia.

Dessas duas primeiras retomadas, *Pindo Roky* e *Itaguá*, houve uma extensão nomeada *tekoha Pay Tavy Terã*. Esse movimento de ampliação da posse da TI foi feita por uma família extensa que residia em *Pindo Roky*. Essa extensão é exemplo da dinâmica organizacional de ocupação territorial do Kaiowá, quando há dissidência entre as famílias, é comum que parte do grupo se retira e passa a ocupar outra parte do território.

Tey'Jusu foi a terceira retomada na TI Dourados-Amambaiegua I, ocorrida no dia 6 de dezembro de 2014. Duas famílias extensas que reivindicavam a demarcação do território decidiram ocupar mais um imóvel da TI que viria ser identificada como uma forma de pressionar a conclusão do processo de estudo e identificação.

Como já mencionado anteriormente, em junho de 2016, os kaiowá de Dourados-Amambaiegua I avançaram em mais uma retomada com intuito de fazer a autodemarcação de seus territórios tradicionais. Inicialmente, as famílias que ocuparam o imóvel nomearam o local de *Toro Paso*. Em dois dias de ocupação, o nome do *tekoha*

⁶ Denilson Barbosa foi morto enquanto cruzava o imóvel para pescar com outros jovens indígenas. Seu corpo foi removido para a beira da estrada com intuito de descaracterizar o crime. Notícias do fato podem ser acessadas: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/02/fazendeiro-admite-ter-atirado-no-adolescente-indigena-morto-no-domingo-em>

passou a ser *Kunumi Poty Verá* em homenagem a Clodiode de Souza, morto no massacre de Caarapó ocorrido em dia 14 de junho de 2016. Inicialmente os kaiowá mobilizaram um grupo de 100 indígenas para o movimento de retomada, após o ataque houve momentos em que a ocupação teve uma estimativa de aproximadamente 1000 indígenas.

Após o ataque, outros imóveis próximos a Reserva de Caarapó foram ocupados. O movimento de retomadas dessas áreas buscou garantir posse da Terra Indígena e também foi uma reação a intensidade da violência praticada pelos ruralistas. As ocupações contornaram a reserva – a localização delas indicavam o objetivo de proteger a reserva e as áreas recém ocupadas, como também expandiram as antigas ocupações. No total, foram quatro retomadas, são elas, *Tekoha Jeroky Guasu*, *Tekoha Ñamoi Guavira 'y*, *Ñandeva* e *Guapo 'i*. Essas duas últimas estão localizadas na MS 280 (estrada que corta a Reserva de Caarapó) na entrada e na saída das áreas.

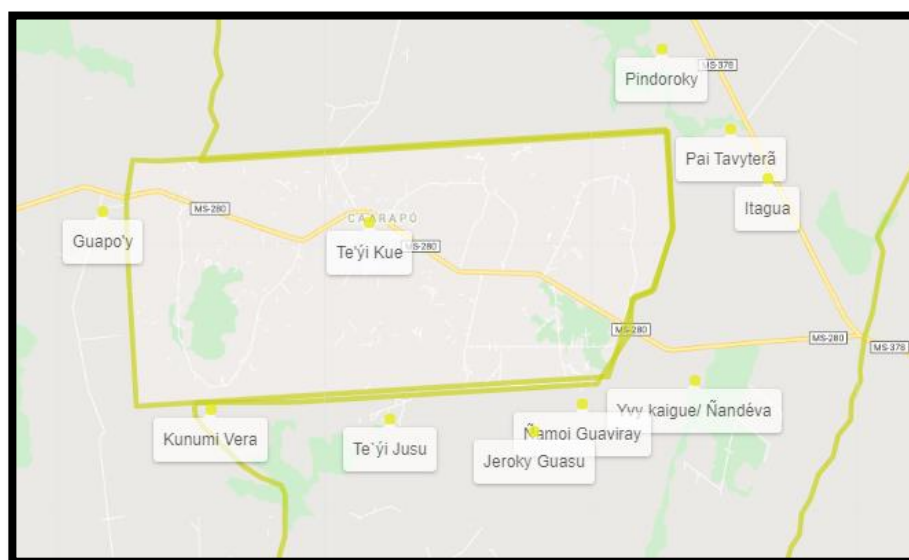


Figura 2- localização das áreas retomadas circundantes à Reserva de Caarapó. Imagem retirada do site Mapa Guarani Digital

As forças do conflito fundiário no MS

O Mato Grosso do Sul é o segundo maior estado com concentração de população indígena no Brasil. Ao todo são 9 etnias na região, sendo os Guarani e os Kaiowá as populações mais densas. Uma estimativa apontada pelas duas coordenações da Funai na região que atendem essas etnias, são 57 mil indivíduos divididos em 8 reservas, 12 Terras Indígenas regularizadas e mais 12 em ocupação parcial de Terras em processo de identificação territorial (CAVALCANTE, 2013).

Com a ausência de reconhecimento e regularização de seus territórios, essas populações tiveram que desenvolver várias estratégias ao longo do tempo, seja na permanência nas reservas, nos trabalhos nas fazendas, até o momento das retomadas. Do outro lado, existe uma atuação contrária dos regionais que contestam essa tradicionalidade. Esse é o cenário atual do confronto. No entanto, não é apenas entre indígenas e ruralistas, mas também entre/nas esferas do Estado ao desenvolver políticas públicas e no reconhecimento do território indígena.

A mobilização dos Guarani e Kaiowá pela recuperação do território tradicional data desde a década de 1970. Segundo Antonio Brand, uma das primeiras foi feita pela aldeia *Takuaraty-Yvykuarusu* em 1978 no município de Paranhos. O grupo se manteve articulado mesmo com as expulsões, e sempre voltava para o território. Nesse mesmo período houve transferências dos indígenas das aldeias de Rancho Jacaré e Guaimbé (ambas no município de Amambai) para outras reservas. Anos mais tarde, em 1984, essas duas aldeias foram reconhecidas pelo Estado como as primeiras terras indígenas Guarani e Kaiowá (BRAND, 2004). Em toda década de 1980 houveram várias mobilizações de retomadas das terras tradicionais pelos Guarani e Kaiowá, dentre as quais destaco: a aldeia *Pirakuá* no município de Bela Vista; *Jaguapiré* em Tacuru; *Guasuty* em Amambaí; a aldeia *Jaguarí* em Aral Moreira; *Cerrito* no município de Eldorado e *Jarará* no município de Juti.

Fazendo oposição ao movimento dos indígenas, estão aqueles que são contrários a demarcação das terras indígenas, ou porque serão afetados nesses processos, ou seja, os títulos dos imóveis serão anulados como determina a Constituição Federal, Artigo 232. Ou por compartilharem, como a maioria da população sul mato-grossense que não possuem imóveis, dos ideais de propriedade privada disseminado pela construção societária ocidental. Configura nesse outro polo de atuação os grandes e pequenos produtores rurais do sul do estado, associados em federações de agricultura ou inseridos no poder executivo e legislativo local, regional e federal. Esse grupo acaba gerando ações para barrar os procedimentos de identificação de terra indígena na região. Conforme destacado por Aline Crespe (2015), a Federação de Agricultura de Pecuária de Mato Grosso do Sul – Famasul, umas das principais associações ruralistas do estado, atuou intensamente nos anos da assinatura e desenvolvimento dos trabalhos gerados pelo CAC 2007, divulgando informações distorcidas de que 26 municípios do Mato Grosso do Sul viraria reserva indígena. O slogan “Produção sim, demarcação não” estava em todas as mídias, nos carros e outdoors das cidades no sul do estado.

Destaca-se que a atuação ruralista não se restringe as ações políticas, o uso da violência física é frequente contra os indígenas. Não é por acaso que o Mato Grosso do Sul é o estado com maior número de indígenas assassinados no conflito fundiário. O “Relatório Violência Contra os Povos Indígenas”⁷ referente ao ano de 2018 apontou que 33 ataques contra as áreas Guarani e Kaiowá aconteceram entre 2015 e 2016. E ainda, 14 lideranças indígenas foram mortas entre 2001 a 2018 em ataques violentos contra as comunidades. Dessas mortes, duas marcam Dourados-Amambaiegua I, Denilson Barbosa (2011) e Clodiodi de Souza (2016) foram mortos por ruralistas locais. No Relatório referente aos dados de 2019, dos 135 indígenas assassinados, 40 eram do Mato Grosso do Sul.

Para pensar a atuação do Estado brasileiro no cenário de conflito fundiário no Mato Grosso do Sul, trago a contribuição do antropólogo do MPF, Marcos Homero Lima e Verônica Guimarães (2009). Os autores partem do questionamento sobre tempo e conclusão do processo de demarcação para esmiuçar o processo de regularização fundiária englobando três processos diferentes e complementares – tratam-se do Processo Administrativo, do Judicial e do Político. O Processo Administrativo, embasado na Constituição de 1988, no Decreto 1775-96, e a Portaria 14 do MJ, atribui ao Poder Executivo demarcar as Terras Indígenas. Dentro desse processo se estabelece etapas que envolvem o Ministério da Justiça (Declaração) e a Presidência da República (Homologação). Tal processo que, legalmente, seria mais técnico sofre interferências direta da política, seja pelo agenciamento dos atores sociais (indígenas) ou pela influência do poder legislativo (ruralistas). Como também, esses processos administrativos são atravessados pelas ações judiciais, que impõem as decisões dos magistrados que podem paralisar ou anular tais procedimentos.

O Processo Administrativo da demarcação de Dourados-Amambaiegua I é espécime para pensar a atuação de forças políticas contrárias no processo, assim como a atuação das esferas do legislativo e do judiciário atravessam o andamento do processo administrativo. Os Kaiowá esperavam e cobravam pelo estudo e identificação dos *Tekoha* desde a década de 1970; a Funai – pressionada pelo MPF e pelos indígenas – assina o CAC em 2007 e passa a compor os GT’s. Os titulares dos imóveis, agremiados ou não, judicializaram e acionaram redes políticas do legislativo para suspender os estudos. Instaura-se na região uma atmosfera de conflito. Em 2016, os Kaiowá de Dourados-

⁷ Relatório produzido anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Amambaipegua I pressionam a Funai e dão sequência nos atos de retomadas. Os ruralistas, por sua vez, contra-atacam num ato de extrema violência.

As informações resumidas sobre o processo de Dourados-Amambaipegua I apontam para conexão de dois pontos geográficos (Caarapó-MS e Brasília-DF) que entrecruzam esses mesmos atores e esferas do Estado. Após o ataque de 2016, como já foi mencionado, 9 áreas da Terra Indígena foi reocupada. Essas ocupações geraram um universo de 16 processos de ações possessórias, parte dessas ações demandavam a anulação do procedimento. Já no âmbito de Brasília, após a publicação do RCID e findado o prazo de 90 dias para os interessados ingressarem documentos questionando o estudo, a Funai recebe 58 contestações⁸. Eis a imagem congelada do conflito na região de Caarapó, como também do processo administrativo em 2016 e 2020.

Considerações Finais

As considerações expostas neste artigo foram apresentadas no projeto de doutorado submetido e aprovado na seleção do PPGAS-UNB turma 2020. Considero relevante apresentar o recorte do projeto na 32ª RBA para debater sobre o tema da demarcação de Terras Indígenas no Brasil, tendo em vista que a conjuntura do Poder Executivo tem apresentado medidas que afetam diretamente a política de demarcação de Terras Indígenas. Refiro-me a MP 870 que pretendia retirar a Funai do Ministério da Justiça e retirar a atribuição de demarcação da instituição. A medida foi barrada pela Câmara dos Deputados em 22/05/2019, e no Senado em 28/05/2019. Em 19/06/2019 foi publicada a MP 886/2019, que atribui a demarcação das T.I competência do Ministério da Agricultura. Essas ações impactam diretamente os processos de regularização fundiária das terras indígenas, em especial as terras Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Outro movimento do Estado, na esfera do Poder Judiciário, tem apresentado obstáculos para o tema. Está marcado para o dia 28 de outubro de 2020 o julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral (RE-RG) 1.017.365 que pretende fixar a data de 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal brasileira, como marco regulatório para a demarcação ou não das terras indígenas no Brasil. Trata-se do Marco Temporal, que se caso venha vigorar como ferramenta legal nesses

⁸ A contestação representa uma fase importante no processo administrativo de demarcação de Terra Indígena entre a identificação (Funai) e a declaração (MJ). Sua base legal é o Decreto 1775/96. Destaco ainda a situação de instabilidade legal desse dispositivo a partir da atuação da conjuntura política do governo federal atual.

processos, pode criar um cenário maior e pior de injustiça para os povos Guarani e Kaiowá.

No que se refere aos objetivos presentes no projeto e destacados aqui, cabe apresentar que considero relevante entender todo o processo envolvido na demarcação da Terra Indígena Dourados-Amambaiegua I, explorando suas diversas facetas. Na esfera do Estado é importante destrinchar o processo administrativo e jurídico, em suas implicações para a vida das famílias extensas que vivem nas retomadas. De igual importância será analisar o processo político que envolve a mobilização dessas parentelas e suas decisões extremada de retomadas, expondo-se a violências. Tem-se ainda, o processo político articulado por parte dos proprietários, suas organizações de classe e suas representações parlamentares e no executivo. O desafio será considerar as conexões e interferências mútuas de tais processos, com especial atenção para o modo como as lideranças indígenas entendem e processam todos essas interferências na definição de suas estratégias de retomada para garantir a posse do território.

Referências bibliográficas

BENITES, Tônico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: Impactos e interpretações Indígenas.** UFRJ/MN/PPGAS. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – PPGAS, Rio de Janeiro, 2009.

BRAND, Antônio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 4, nº 6, p. 137-150, 2004.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra.** Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

CARIAGA, Diógenes E. **As transformações no modo de ser criança entre os Kaiowá em Te'yiku (1950-2010).** Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2012.

CAVALCANTE, Tiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

CRESPE, Aline Castilho. **Mobilidade e Temporalidade Kaiowá: Do tekoha à Reserva, do tekoharã ao tekoha.** Tese(Doutorado Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

LIMA, Marcos Homero F.; GUIMARÃES, Verônica Maria B. **O administrativo, o jurídico e o político: Três Importantes Processos da Regularização Fundiária das**

Terras Indígenas. v. 8, 2009. Disponível em:

<<http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2055%20%E2%80%93%20Cidadania%20e%20Territorializa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%89tnica%20Novos%20e%20Velhos%20Sujeitos%20do%20Direito/GT55-Ponencia%20%5BFerreira-Bezerra%5D.pdf>>.

Acesso em: mai.2012.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Levantamento Histórico sobre os índios Guarani Kaiwá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. 426 f., 2004. Tese (Doutorado em Antropologia social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004